

# Comissão exige presença de Cabral em sessões

Da Sucursal de Brasília *ANL-PA 5*

Lula Marques

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, por unanimidade, um requerimento determinando a presença de seu relator, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na sessão a se realizar hoje à tarde e em todas as demais reuniões destinadas à discussão das emendas ao substitutivo apresentado por ele no último dia 26. O pedido — entregue pelo deputado José Tavares (PMDB-PR), de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos") — foi aprovado numa sessão em que o relator foi duramente criticado pelas suas frequentes ausências da comissão e, sobretudo, pelas reuniões paralelas que vem realizando fora do recinto do Congresso para tratar de assuntos constitucionais.



Luiz Henrique, Ulysses, Cabral e Távora (esq. para dir.) no Instituto Israel Pinheiro

(PDS-PA), centro-direita, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), e o próprio José Tavares consideraram "inútil" qualquer debate na ausência de Cabral, a quem acusaram de estar transferindo o pólo de decisões para

fora do plenário da comissão. "A presença de Cabral seria melhor aqui do que naquele laboratório dele", disse Gérson Peres, referindo-se à reunião que se realizava, naquele momento, no Instituto Israel Pinheiro.

Acirrados os ânimos logo no começo da sessão, às 15h30, o deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), centro-esquerda, chamou Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, centro-direita, para ocupar seu lugar. Arinos pediu "calma e colaboração de todos", declarando que "com confrontações não chegaremos a lugar nenhum". Sua tentativa de apaziguamento, porém, não convenceu a maioria dos parlamentares. Carlos Sant'Anna afirmou que "é estranho. Há uma outra Comissão de Sistematização fazendo um trabalho que é nosso".

Em entrevista coletiva no Instituto Israel Pinheiro, às 17h30, Cabral disse que tem procurado a tranquilidade necessária para conseguir realizar seu trabalho dentro do prazo. "O presidente da Constituinte tem autoridade para designar um relator substituto se for necessário", declarou, sem querer comentar o fato de que reuniões fora do Congresso constituinte contrariam o Regimento Interno.

Leia o opinião da Folha no editorial "Relator mutante" na pág. A-2

## Sistema terá prioridade na votação, diz relator

Da Sucursal de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pretende votar primeiro o sistema de governo no plenário da comissão. Para o relator, a medida — que conta com a aprovação do presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães — atende à lógica do processo, pois vários dispositivos da nova Constituição deverão ter redação diferente caso seja aprovado o presidencialismo ou o parlamentarismo.

Falando aos jornalistas no Instituto Israel Pinheiro, onde se reuniu com os relatores-adjuntos, com Ulysses e

com o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), Cabral disse que o trabalho de examinar todas as emendas apresentadas ao substitutivo está sendo feito com a ajuda de cem assessores. O relator preparou um parecer específico sobre todos os temas que receberam emendas — exceto sistema de governo e reforma agrária, sobre os quais ele considera impossível um consenso. As emendas que estão em sintonia com esse parecer são aprovadas, as demais são rejeitadas.

### Sistema de governo

Ao sair do Instituto Israel Pinheiro, Ulysses Guimarães disse que ainda não conversou com o presidente José

Sarney sobre o sistema de governo. "Estou esperando dados para uma conversa mais objetiva", disse Ulysses, já que há uma comissão designada por Cabral para negociar com o Palácio do Planalto, formada pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pelo deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Ulysses voltou a defender a definição rápida do sistema de governo. "É um tema que molda vários outros dispositivos da Constituição", afirmou.

Segundo o relator Bernardo Cabral, se não houver consenso quanto à questão, vai prevalecer a proposta Arinos, de um parlamentarismo mais

puro — e a definição será dada pela votação em plenário da comissão. Cabral disse que houve mudanças, durante estas últimas reuniões no instituto, nos dispositivos que tratam dos direitos sociais e nas garantias constitucionais. "Chegaram coisas muito boas", disse Cabral, sobre as emendas que foram utilizadas nos dois temas.

### Seis anos

A proposta que Arinos, Richa e Carvalho negociam com o Palácio do Planalto prevê uma implantação gradual do parlamentarismo em três anos, com o que ficaria estendido para seis anos o mandato do presidente Sarney.

## Sarney já aceita discutir sistema, afirma Cardoso

Da Sucursal do Rio

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, disse ontem, após palestra na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, na base do Campo dos Afonsos, em Marechal Hermes (zona oeste do Rio), que o presidente José Sarney está disposto a discutir a forma de governo com os deputados constituintes parlamentaristas. Segundo ele, "o governo começa a entender que tem que conversar".

Fernando Henrique — que se locomoveu entre o Rio e Brasília em um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) — disse que os indícios que vê na disposição do presidente em discutir a forma de governo são muitos, e deu como exemplo o fato de o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, vir fazendo contatos com os parlamentaristas. Ele disse que o presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, vai conversar com Sarney e, apesar de ser presidencialista, "terá que levar a posição dos congressistas".



### MOEDA DE 8 CM GUARDA CÓPIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1824

Uma maneira de o cidadão conhecer e respeitar as leis de seu país é ter uma cópia da Constituição. A Carta de 1824 podia ser levada no bolso. A cópia reduzida do texto constitucional cabia dentro de uma moeda oca, de

não mais que oito centímetros de diâmetro (foto), especialmente construída para esta finalidade. Seus 179 artigos são legíveis com uma lupa, entre eles o que estabelecia o Poder Moderador — submetendo Executivo,

Legislativo e Judiciário à mediação do governante (o imperador). A peça, em bom estado de conservação, faz parte do acervo da Fundação Maria Luiza e Oscar Americano, em São Paulo.